



## CÂMARA MUNICIPAL DE VOTUPORANGA

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Praça "Vereador Viana Filho" – Vila América

CEP 15502-105 / Fone/Fax (017) 3421-1188

[www.camaravotuporanga.sp.gov.br](http://www.camaravotuporanga.sp.gov.br)

### 17. SUGESTÕES / RECOMENDAÇÕES / OCORRÊNCIAS / RESULTADO DAS SUGESTÕES/ RECOMENDAÇÕES.

#### Recomendação cogente:

Sobre as transferências intragovernamentais de bens do Poder legislativo ao restante da Administração Pública municipal, recomendo que os documentos comecem a ser publicados no Portal da Transparência.

Caminho: Portal Transparência- patrimônio- bens doados.

Fundamentação:

#### Direito positivo:

Art. 5º, XIV, LXXIX CF/88,:

É assegurado a todos o acesso à informação.....

Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados.....

Nessa senda:

Art. 3º, II, Art. 6º, I, Art. 8º, caput, **Lei 12.527/11:**

Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

Divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

Cabe aos órgãos e entidades do poder público, observadas as normas e procedimentos específicos aplicáveis, assegurar a:

Gestão transparente da informação, propiciando amplo acesso a ela e sua divulgação.

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

#### Princípios:

Legalidade; uma vez que, se não há previsão em lei da discricionariedade de publicar ou não e o administrador só pode fazer aquilo que a lei permite, a prática viola o princípio.

Indisponibilidade do interesse público;

Publicidade;

Transparência.

A prática é mais do que aceitável, porque aquele bem, que no Poder atual não é mais utilizado, pode continuar atendendo ao interesse público em sede do município, entretanto deve atender à lei e aos princípios expressos e implícitos, do contrário o benefício fica maculado.